

lisgráfica

(Sociedade Aberta)

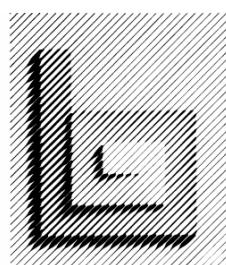
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

1º semestre de 2008

CAPITAL SOCIAL: 9.334.831 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

NÚMERO ÚNICO DE MATRÍCULA E PESSOA COLECTIVA - 500 166 587



lisgráfica

Casal de Santa Leopoldina
2730-053 BARCARENA

Capital Social: 9.334.831 €

Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva 500166587

GRAFILIS



ORGÃOS SOCIAIS
Mandato 2007 - 2010

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Jorge Manuel Sénica Galamba Marques
Vice-Presidente: Manuel Guilherme Pardal Monteiro Magalhães
Secretário: João Paulo Malhadas Teixeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão
Vice-Presidente: Jaime Luciano Marques Baptista da Costa
Vogais: António Pedro Marques Patrocínio
José Pedro Franco Brás Monteiro
José Luis André Lavrador

CONSELHO FISCAL

Presidente: Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)
Vogais: José Manuel Varandas Marques
Filipa Cordeiro
Suplente: Isabel Maria Soeiro Nazaré Camacho

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na CMVM sob o nº 231, representada por
Paulo Jorge Duarte Galvão André, (ROC nº 979)

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2008
1º SEMESTRE

Nos termos da Lei, e, designadamente, no art. 246º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 00/11, com a redacção dada pelo Regulamento 00/24 da CMVM, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados reportados a 30 de Junho de 2008.

Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeitam à actividade e resultados das Empresas do Grupo durante o primeiro semestre do exercício.

1. Grupo Lisgráfica

O "Grupo Lisgráfica" é constituído pela LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. e Empresas Subsidiárias e tem como actividade principal a impressão de Revistas, Jornais e Publicações Similares.

As empresas incluídas na consolidação, a sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e proporção do capital detido pelo Grupo, em 30/06/2008 são as seguintes:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital
Lisgráfica, S.A.	Impressão de Revistas e Jornais	27-12-1973	Queluz de Baixo	-
Subsidiárias				
Grafilis, S.A.	Composição, Fotolito, Montagem	18-10-1984	Queluz de Baixo	100,00%
Gestigráfica, SGPS, SA	Gestão de Participações Sociais	02-02-1993	Queluz de Baixo	100,00%

As empresas subsidiárias, Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. e Gestigráfica – SGPS, S.A. foram incluídas na consolidação pelo método da integração global, de acordo com o estabelecido na alínea a) do artigo 1º do Dec – Lei 238/91, de 2 de Julho.

Apesar de a apresentação das Contas Consolidadas não concorrer com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, e a despeito da imaterialidade do impacto das Empresas Subsidiárias, vai a Empresa continuar a apresentar no semestre em apreço Contas Consolidadas à luz das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), dando assim satisfação às recomendações dimanadas da CMVM em ordem ao cumprimento da legislação em vigor.

2. Principais ocorrências no semestre

- a) Em finais de Dezembro de 2007 foi divulgado um Comunicado ao mercado informando ter sido aprovado pelos Conselhos de Administração da Lisgráfica e da Heska um projecto de fusão por incorporação, mediante transferência global do património da Heska para a Lisgráfica.

O Projecto, divulgado nos termos acima referidos, foi aprovado em Assembleias Gerais de Accionistas das duas Empresas em 15/02/08, sendo que a fusão projectada ficou condicionada à obtenção de autorizações das entidades de supervisão, designadamente, a obtenção de declaração pela CMVM da derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição que viesse a resultar da fusão para a sociedade incorporada, autorizações entretanto obtidas em 8 de Abril de 2008.

Como consequência, a fusão foi concretizada e o respectivo pedido de registo averbado na Conservatória do Registo Comercial, produzindo efeitos práticos a partir de 1 de Maio de 2008, seguindo-se o pedido de admissão à cotação em primeiro mercado das novas acções.

A incorporação da Heska na Lisgráfica implicou um aumento de capital da Lisgráfica no montante de 4.334.831 euros mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 euros por acção, considerando a relação de troca de 256,12 novas acções da Lisgráfica por cada acção representativa do capital social da Heska.

Em resultado de tal aumento de capital a Rasográfica, que entretanto adquirira fora de Bolsa 8,5 milhões de acções da Lisgráfica, passou a deter maioria qualificada, traduzida na posse de 95.196.620 acções representativas de 51% do capital da Lisgráfica.

No seguimento da operação foi tomado um conjunto de deliberações na Assembleia Geral de accionistas realizada em 20 de Maio de 2008, designadamente, alargar o Conselho de Administração com a inclusão de dois novos e manutenção dos restantes membros até ao final do mandato, alteração dos Estatutos da Sociedade e autorização ao Conselho de Administração para a aquisição e alienação de acções próprias dentro de determinadas condições.

Concretizada a fusão, foi extinta a sociedade Heska e nas respectivas instalações passou a operar a unidade de Campo Raso da Lisgráfica, tendo-se iniciado a deslocalização de equipamentos, efectivos e demais meios de Campo Raso para Queluz de Baixo no sentido de concentrar a totalidade da operação nas instalações da Lisgráfica em Queluz de Baixo e, assim, obter as economias de escala e concentrar sinergias, pressupostos assumidos no projecto de fusão.

Em resultado da operação de fusão por incorporação concretizada no início de Maio, transitaram para as contas da Lisgráfica os valores activos e passivos que à data de 30/04/08 constavam das contas da Heska e, em consequência, incrementados os Capitais Próprios da Lisgráfica em cerca de 1,223 milhões de Euros.

- b) Na sequência da operação imobiliária concretizada com o ESAF em Julho de 2004, continua em desenvolvimento um projecto de desenvolvimento imobiliário visando as áreas não necessárias à operação industrial, cujo estudo prévio deu já entrada na Câmara Municipal de Oeiras, que aguarda decisão e que determinará a desafectação dos lotes não necessários à operação

industrial; a decisão que recair sobre tal projecto terá impacto no montante da renda face à comercialização dos lotes que vierem a ser autorizados, havendo manifestação de interesse de vários candidatos aos lotes que vierem a ser aprovados.

A pedido da Lisgráfica e tendo em consideração que a apreciação e decisão da CMO sobre o projecto imobiliário pode demorar ainda algum tempo a ESAF aceitou ajustar o valor da renda, com efeitos a partir da renda de Maio de 2008, o que implicou uma redução de custo de cerca de 200 mil Euros/ano.

- c) No seguimento da celebração do Contrato entre a Lisgráfica e o Grupo Sojornal, envolvendo a impressão do Expresso (1º Caderno e Caderno de Economia), bem como Suplementos Comerciais, Courier Internacional e Jornal de Letras, contrato duradouro, renovável e que tem associada a obrigação de instalação de equipamento de impressão adequado por parte da Lisgráfica, foi iniciada a instalação de uma rotativa Goss de 64 páginas no parque de máquinas da Lisgráfica e estão em curso os testes de impressão, prevendo-se que a rotativa esteja em condições de operar no final do terceiro trimestre do corrente ano.

Este equipamento foi adquirido pela Gestprint, empresa com a qual a Lisgráfica celebrou um contrato de sublocação em Setembro de 2007.

- d) Alargou-se a produção de Folhetos/Catálogos para o mercado espanhol nomeadamente para as cadeias Media Market e Mestre Maco.

3. Análise da actividade

Para melhor compreensão da actividade desenvolvida pelas empresas incluídas nestas Contas Consolidadas passamos a comentar.

3.1 Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A.

- a) Impressão de Revistas

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

Produção das Rotativas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2008	1º Semestre/2007
1.058.210	979.825

Constatamos um acréscimo de produção das Rotativas de 78 milhões de cadernos, em relação a período homólogo de 2007, equivalente a cerca de 8%, compreendendo a impressão de Listas Telefónicas a quatro cores e contemplando a produção verificada em Maio e Junho da Unidade de Campo Raso.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um crescimento de cerca de 15 milhões de exemplares (10%), enquanto na Capa Colada a produção registou um crescimento de cerca de 3,5 milhões de cadernos, situando-se no semestre nos 12 milhões de cadernos.

Por seu turno, o acabamento de Listas Telefónicas representou, durante o semestre, cerca de 2 milhões de volumes, mantendo um nível semelhante ao ano anterior.

Impressão de Listas

A produção comparada refere-se à produção de Listas até três cores e indica uma redução de 39 milhões de cadernos (40%).

Verificou-se no semestre uma produção total de 2,9 milhões de volumes, para um plano editorial que comporta cerca de 6,5 milhões de livros/ano.

Produção de Listas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2008	1º Semestre/2007
58.458	97.431

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpre-se o programa de impressão fixado pelo Editor, tendo vindo a acentuar-se, em resultado da política editorial e de distribuição do Editor, a redução de tiragens e a consequente redução de facturação.

Estuda-se, em conjunto com o Editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a optimizar consumos de papel e custos de impressão.

Terminando no final do ano de 2009 o actual contrato de impressão a dez anos, celebrado com Páginas Amarelas, foi a Lisgráfica convidada a apresentar candidatura à impressão de Listas Telefónicas para o ano de 2010 e seguintes aguardando-se a tomada de posição do Editor face a tal proposta.

As Vendas comparadas do 1º semestre de 2008, versus período homólogo de 2007, ventiladas por grandes famílias de Produtos evoluíram então do seguinte modo:

Famílias (Unid. Milhar de €)	2008	2007	Variação (+/-)
Revistas	6.769,9	9.603,0	(2.833,1)
Suplementos	3.836,4	3.338,7	497,7
Catálogos / Folhetos	3.098,2	3.842,2	(744,0)
Listas	1.278,1	1.391,1	(113,0)
Unidade de Campo Raso (Maio e Junho)	3.149,0	0	3.149,0
NOTA: valores em milhares de Euros.	18.131,6	18.175,0	(43,4)

A análise por Famílias regista desvios favoráveis de 498 mil euros em "Suplementos" e de 3.149 mil euros na "Unidade de Campo Raso" e desvios desfavoráveis em "Revistas", "Catálogos/Folhetos" e "Listas Telefónicas" de, respectivamente, 2,8 milhões de euros, 744 mil euros e 113 mil euros.

O desvio desfavorável registado em "Revistas" resulta da perda de alguns títulos periódicos e da redução de actividade por parte dos editores face à conjuntura e à quebra do investimento publicitário, a par do efeito de pressão sobre os preços que os editores vêm utilizando como forma de contrariar as suas dificuldades naturais.

O desvio favorável registado em "Suplementos" reflecte o crescimento da produção deste tipo de produto, incorporando o efeito do contrato celebrado com a Sojornal.

O desvio desfavorável registado em "Folhetos/Catálogos", traduz as alterações verificadas no mercado da Grande Distribuição.

Tendo em conta as tiragens de tais trabalhos e ainda que as margens líquidas desta operação sejam esmagadas, e impliquem na generalidade dos casos investimento antecipado em papel, esta Família determina ocupação significativa de capacidade e volumes de facturação interessantes, pelo que continua a ser um nicho ao qual se dedica particular atenção.

Na Família "Listas Telefónicas" o desvio desfavorável de cerca de 113 mil Euros não é significativo e deriva apenas de um ajustamento do plano editorial de Páginas Amarelas, ainda que se venha assistindo nos últimos anos a uma política de distribuição mais selectiva a que corresponde uma redução de tiragens.

No caso da performance originada na "Unidade de Campo Raso" a comparação torna-se inútil uma vez que não constava do perímetro de Consolidação no ano anterior.

LISGRÁFICA		
(Unid. – Euros)	Jun/07	Jun/08
Activo Total	63.712.948	74.157.707
Passivo Total	59.641.040	76.634.034
Capital Próprio	4.071.908	(2.476.327)
Resultados Líquidos	(1.253.021)	(2.116.245)
Vendas Líquidas	17.161.188	17.566.583
EBITDA - €	1.768.871	2.618.472
EBITDA - %	10 %	15%

3.2. GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA.

A sociedade Grafilis tem por objecto a actividade de pré-impressão compreendendo as fases de composição, fotografia, selecção de cores e preparação de fotolitos para posterior impressão.

A actividade da Grafilis terminou em 2005.

3.3. GESTIGRÁFICA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Esta empresa Holding entrou no Universo do “Grupo” em meados do exercício de 1999, operação levada a cabo por razões estratégicas, e não desenvolveu qualquer actividade neste semestre.

GESTIGRÁFICA		
(Unid. – Euros)	Jun/07	Jun/08
Activo Total	13.430.604	12.421.563
Passivo Total	55.547	47.876
Capital Próprio	13.375.057	12.373.687
Resultados Líquidos	(228)	(85)
Vendas Líquidas	0	0

4. Demonstrações Financeiras e Perspectivas de Evolução do Negócio

Em anexo juntam-se o Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados em 30 de Junho de 2008, bem como o Anexo a tais Demonstrações Financeiras.

De salientar que as contas de Junho de 2008 incluem 2 meses de custos e proveitos da unidade fabril de Campo Raso, pelo que a comparação entre 2008 e 2007 deverá ter em conta este facto.

4.1 – Proveitos e Custos

Operando no 1º semestre em conjuntura económica desfavorável os Proveitos Operacionais Consolidados aumentaram 669 mil euros, situando-se nos 18.481 mil euros.

A nível de Vendas verificou-se um desvio global de cerca de 43 mil Euros (0,23%). No entanto, se considerarmos o efeito da dedução de rappel - que representou 565 mil euros no 1º semestre de 2008 contra 1.014 mil euros no semestre homólogo de 2007- as Vendas Líquidas de rappel do 1º semestre de 2008 atingem 17.567 mil euros, contra 17.161 mil euros no 1º semestre de 2007, ou seja, um crescimento positivo de 406 mil euros (+2,4%).

Aos valores de Vendas acima assinalados haverá que adicionar os Proveitos Suplementares/Operacionais relevados no período, que representaram cerca de 914 mil Euros, contra 651 mil Euros em semestre homólogo de 2007.

Da consolidação de todo o tipo de Proveitos Operacionais (Vendas de Produtos e Serviços/Proveitos Suplementares/Outros proveitos Operacionais) resulta que no primeiro semestre de 2008 estes atingiram 18.481 mil Euros, contra 17.812 mil Euros em semestre homólogo de 2007.

Apesar do reforço de aplicação de medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração, observou-se um agravamento de Custos Operacionais, face a período homólogo.

Os Custos Operacionais cresceram cerca de 1.319 mil euros. As rubricas em que o impacto é mais evidente são o Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas – 688 mil euros (matérias primas e subsidiárias), reflectindo a maior incorporação de papel, em especial no núcleo de Campo Raso, Fornecimentos e Serviços Externos – 465 mil euros (subcontratos e outros FSE's) e Custos com Pessoal – 341 mil euros.

Os Proveitos Financeiros registam um decréscimo de 185 mil euros face a Junho de 2007; esta variação resulta de, no ano transacto, ter ocorrido um proveito com a reversão do ajustamento (provisão) em Participações Financeiras, facto que não se repetiu em 2008.

Os custos financeiros registam um agravamento de €47 mil resultante do aumento gradual das taxas de juro em cerca de 1 ponto percentual.

4.2 – Resultados

Face ao desempenho dos proveitos e custos, os Resultados Líquidos Consolidados no final do semestre são negativos de € 2.116.245, contra € 1.253.021, também negativos, no período homólogo anterior. Para este facto contribuiu o comportamento dos Resultados Operacionais que se agravaram em 650 mil euros, mantendo-se assim negativos em € 726.873 contra os € 76.785 negativos em igual período do ano anterior. A recessão da facturação nos 3 primeiros meses de 2008 é a principal responsável por este resultado, uma vez que no segundo trimestre se inverteu a tendência de resultados negativos, tendo em Maio e Junho sido positivos.

Os Resultados Financeiros apresentam também uma redução de 232 mil euros devido ao aumento dos custos financeiros e à redução dos Proveitos Financeiros em 185 mil euros.

4.3 – Situação Económico Financeira

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário e da operação de fusão ocorrida no semestre, é de (3,3%) contra o valor registado em Dezembro de 2007 de (2,8%) e 6,4% em Junho do ano anterior.

A fusão determinou um incremento dos Activos Líquidos em cerca de 15.489 mil euros, conjugado com um aumento do passivo de 14.266 mil euros e com o impacto positivo do valor dos Capitais Próprios em 1.223 mil euros.

O cash-flow consolidado gerado no semestre é de 380 mil euros que compara com os 1.442 mil euros no período homólogo como consequência da degradação dos

resultados líquidos em 863 mil euros e da redução das Amortizações/Perdas por Imparidade em 200 mil euros.

4.4 Investimento

Durante o semestre em análise, o desinvestimento efectuado atingiu 126 mil Euros e o investimento 2.098 mil Euros, ressaltando como variações mais significativas as seguintes:

Desinvestimento (Valor líquido de Reintegrações)	
Equipamento Básico	99 mil Euros
Equipamento Administrativo	22 mil Euros
Investimento	
Fusão por Incorporação da Heska (Valor Líquido de Reintegrações)	1.203 mil Euros
Imobilizações em Curso	796 mil Euros

O desinvestimento ocorrido no mesmo período, resulta de regularizações (abates/alienações) de cerca de 6,267 milhões de Euros, cujas reintegrações acumuladas representam 6,140 milhões de Euros.

Os acréscimos mais significativos, ocorridos no período, estão ligados a despesas incorridas com a instalação da Rotativa 10, com a montagem do Sistema de Corte em Linha Gammerler, com uma grande reparação no Incinerador Épsilon e com alterações à Rede Informática (Imobilizações em Curso).

As reintegrações praticadas no semestre, no tocante a Imobilizações Técnicas, representaram cerca de 2.232 mil Euros.

Tais variações implicaram que o Activo Imobilizado Bruto Técnico se tenha fixado, em 30 de Junho de 2008, em 124,7 milhões de Euros.

4.5 Outras notas

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 2,6 milhões de Euros e 438 mil Euros de juros, ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representativas em termos de capital de cerca de 92 milhares de Euros e, a título de juros cerca de 226 mil Euros.

No quadro do Acordo PEC assinado com o IAPMEI foram satisfeitas pela Empresa, durante o primeiro semestre do exercício, prestações representativas de 665 mil Euros, repartidos por 578 mil Euros de capital e 87 mil Euros de juros de mora/compensatórios.

O valor do esforço ligado a regularização de Passivo Financeiro representou, em consequência, no semestre, cerca de 4 milhões de Euros.

No âmbito da operação de arrendamento das instalações à ESAF a Lisgráfica suportou, no semestre, um valor de rendas rondando 1,5 milhões de Euros.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e ainda no quadro decorrente da operação de fusão recentemente concretizada, dos pressupostos em que a

mesma assentou e da projecção dos resultados esperados de tal iniciativa, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) no sentido de reescalonar o calendário de serviço da dívida exigível nos anos 2008/2011, com vista a ajustar o esforço financeiro de tais exercícios, aos meios libertos esperados nesse período decorrendo negociações tendentes ao reescalonamento dos Programas de Papel Comercial, Contratos de Empréstimo e/ou Contas Correntes Caucionadas e Contratos de Locação Financeira, vistos agora numa perspectiva consolidada.

4.6 Perspectivas

No 2º semestre do exercício completar-se-á a deslocalização da Unidade de Campo Raso com a transferência de meios de produção para Queluz e a tomada de medidas tendentes à absorção de meios sobrantes estimando-se que, no final do exercício, estará concluída a fusão operacional e criadas as condições para que a "nova unidade" esteja a funcionar nas condições ideais de forma a serem atingidos os objectivos estratégicos que estiveram na base da operação.

Paralelamente, o desenvolvimento do projecto imobiliário permitirá a venda/arrendamento dos lotes aprovados com reflexo directo na redução da renda actual e partilha das mais-valias que se estimam vir a ocorrer, admitindo-se que a situação evolua até ao final do exercício.

Instalada e testada a nova Rotativa existe forte convicção de que no 2º semestre estará a mesma em condições de operar com performances ao nível esperado, garantindo produtividades que satisfaçam todas as partes envolvidas.

Mesmo tendo em conta o habitual crescimento da actividade na segunda metade do exercício, admitimos que a continuidade da presente conjuntura económica não permitirá mais do que a redução progressiva dos resultados negativos.

As políticas de redução de custos e desperdícios que estão a ser implementadas, associadas a um aumento de produtividade da capacidade instalada, deverão conduzir, no próximo exercício à inversão da situação negativa.

5. Governo das sociedades

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, bem como todas as recomendações constantes de documentos posteriores e as regras sobre governance dimanadas entretanto da CMVM a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos mais relevantes.

5.1. – Divulgação de Informação

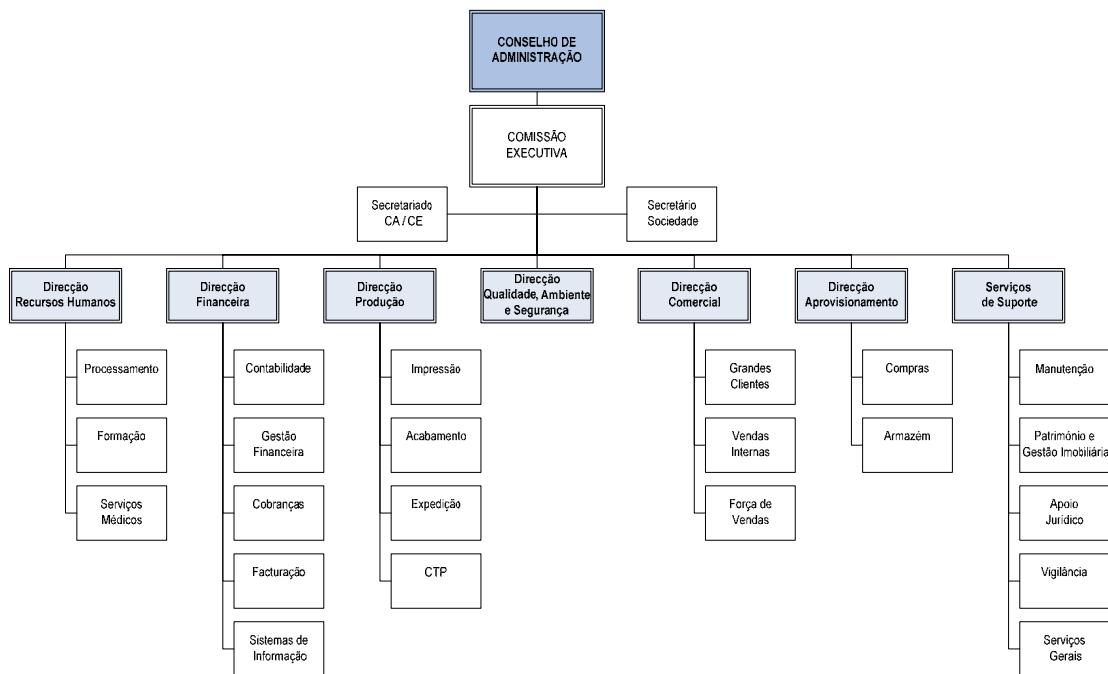
5.1.1. O Conselho de Administração, alargado a cinco membros por deliberação tomada em Assembleia Geral de accionistas realizada em 20 de Maio de 2008, funciona de forma colegial, reportando a ele, através da Comissão Executiva criada em 20 de Maio de 2008, sete Direcções de Serviços: Comercial, Produção, Financeira, Recursos Humanos, Aprovisionamento, Qualidade, Ambiente e Segurança e Serviços de Suporte, conforme ilustrado no Organigrama que figura abaixo e está em vigor desde aquela data.

Através da delegação de competências na Comissão Executiva, o Conselho define os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa pela prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos,

preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade.

O Conselho reúne mensalmente, com carácter formal.

5.1.2. Organigrama



5.1.3. A Comissão Executiva recebeu, por delegação do Conselho de Administração, um conjunto de competências relacionadas com a gestão corrente da sociedade, nele se compreendendo todos os poderes necessários ou convenientes à prossecução do objecto social e ao exercício da actividade da sociedade.

Tais competências estão elencadas no Anexo ao Regulamento da Comissão Executiva, aprovado em reunião de Conselho de Administração de 20/05/08.

A composição da Comissão Executiva, cujo mandato decorre entre 20/05/08 e 31/12/2010, é composta pelos administradores:

- Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente
- Jaime Luciano Marques Baptista da Costa – Vice-Presidente
- António Pedro Marques Patrocínio

A Comissão Executiva reúne, por convocação do seu Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de quaisquer dois dos seus membros, sempre que o exijam os interesses da Sociedade e, pelo menos, uma vez por mês.

5.1.4. Evolução da cotação das acções

A evolução da cotação das acções ao longo do 1º semestre do exercício de 2008 tendo em conta, designadamente, a emissão de acções ou de outros valores

mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções e o anúncio de resultados está ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia crescimento no 1º trimestre do ano - variação entre 31/12/07 cotando a 0,10/acção e 31/03/08, cotando a 0,15/acção - para regresso aos 0,10/acção em 30/06/08, passando sucessivamente por valores de 0,14 em 30/04/08 e 0,13 em 30/05/08.

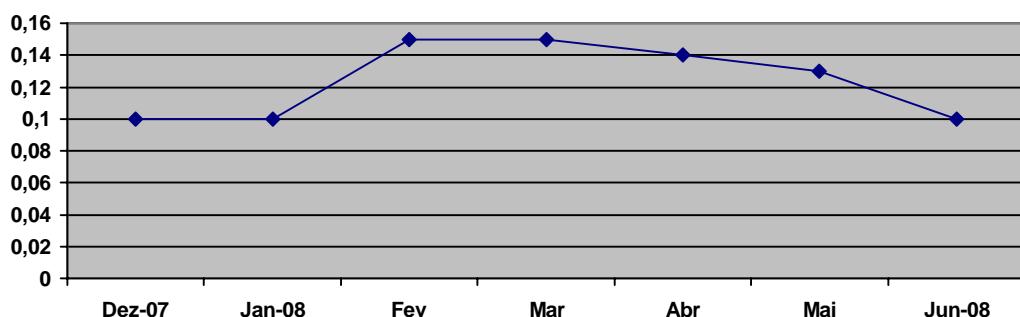
É nosso entendimento que a evolução das cotações ao longo do tempo estará mais ligada às características do mercado accionista periférico e à baixa liquidez do mesmo do que à política de distribuição de dividendos e ao valor da empresa.

Como política de princípio pode dizer-se que existe a intenção de distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior.

Em finais de Dezembro de 2007 foi divulgado um Comunicado ao mercado informando ter sido aprovado pelos respectivos Conselhos de Administração um projecto de fusão por incorporação, mediante transferência global do património da Heska para a Lisgráfica.

A incorporação da Heska na Lisgráfica implicou um aumento de capital da Lisgráfica no montante de 4.334.831 euros mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 euros por acção, considerando a relação de troca de 256,12 novas acções da Lisgráfica por cada acção representativa do capital social da Heska.



5.1.5. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.

Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.

5.1.6. Gabinete de Apoio ao Investidor: O serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, ao qual cabe atender os Accionistas.

O acesso é efectuado através de marcação prévia por telefone ou através do endereço electrónico apoioaoinvestidor@lisgrafica.pt, especialmente criado para o efeito.

Por outro lado, no cumprimento das obrigações e recomendações vigentes quanto à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, em Comunicados para a CMVM.

O Representante para o Mercado é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedades.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.pt

5.1.7. Os Estatutos da Sociedade prevêem no seu Artigo 12º que a remuneração dos corpos sociais seja fixada pela Assembleia Geral, podendo assumir a forma de ordenado fixo, percentagem nos lucros ou outros benefícios, em conjunto ou apenas em algumas dessas modalidades.

A Assembleia Geral poderá delegar os poderes acima referidos numa Comissão de Vencimentos por ela própria eleita para exercer funções durante um período de quatro anos.

Nesse sentido se pronunciou a Assembleia Geral realizada em 20/05/08, delegando a competência para a atribuição de remunerações aos corpos sociais até ao final do quadriénio 2007/2010 numa Comissão de Vencimentos composta pelos Senhores Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos e Dr. Manuel Luís Lemos Ribeiro.

As remunerações pagas/atribuídas no semestre foram:

Remuneração do Conselho de Administração	Euros 132.319
Remunerações ao Conselho Fiscal	Euros 15.000

A remuneração colectiva do órgão de administração foi de Euros 132.319, tendo apenas componente fixa.

A qualificação do desempenho, quer do órgão de administração, quer do órgão de fiscalização é feita anualmente em Assembleia Geral não estando regulamentada qualquer ligação entre a remuneração e o desempenho.

5.1.8. Não ocorreram quaisquer pagamentos por outras sociedades em relação de domínio ou grupo.

5.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são simples e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatuária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência.

O voto por correspondência está previsto no artigo 10º dos estatutos, recentemente alterados, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, passando a reger-se nos seguintes termos:

" Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 2.500 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser

enviada para a sede social em sobreescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia-geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM".

Estabelece o nº 2 do artigo 10º que "os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à emissão do voto";

E prevê o nº 3 do mesmo artigo que "poderá, porém, excepcionalmente, a Assembleia Geral deliberar autorizar a emissão de votos até ao máximo de cinco dias seguintes ao da realização da assembleia, caso em que o cômputo definitivo dos votos é feito até ao oitavo dia posterior ao da realização da assembleia assegurando-se a divulgação imediata do resultado da votação."

Não existe um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, nenhum Accionista o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral está estabelecida nos estatutos, e é dois dias, após a recente alteração, dando eco às recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

A cada 2.500 acções cabe um voto (nº 3 do artigo 9º do Pacto Social)

5.3. – Regras Societárias

5.3.1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.

5.3.2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas (actualmente e para o quadriénio 2007/2010 o Auditor Externo, entidade que acumula funções com as de Revisor Oficial de Contas externo ao Conselho Fiscal, é a Delloite & Associados, SROC, S.A., entidade inscrita na CMVM) e, mensalmente, pelo Conselho Fiscal, que revê, controla e fiscaliza os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Administração, no exercício das suas funções, controla o cumprimento de indicadores sectoriais que hajam sido estabelecidos como referências/metas indicativas de eficiência dos vários Serviços.

5.3.3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista, salvo os previstos expressamente nos Estatutos da Empresa.

5.3.4. Existe um contrato de gestão entre a accionista Gestprint, S.A. e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica

5.4. – Órgão de Administração

5.4.1. O Conselho de Administração, cujo limite de membros é de sete, conforme recente alteração do pacto social, é actualmente composto pelos seguintes elementos, com mandato conferido em Assembleia Geral de accionistas de 20/05/08 para o quadriénio de 2007/2010:

Presidente: Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Vice-Presidente: Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

Vogais: Eng.º António Pedro Marques Patrocínio

Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro

Dr. José Luís André Lavrador

Existe, desde 20/05/08, uma Comissão Executiva com atribuições delegadas e definidas pelo Conselho de Administração em Regulamento próprio.

Do elenco acima são administradores não executivos os Senhores Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro e Dr. José Luís André Lavrados.

Não existem administradores independentes. Os vogais do Conselho de Administração Eng.º António Pedro Marques Patrocínio e Dr. José Luís André Lavrador não têm interesse, participação ou relações especiais com os accionistas que detêm posição maioritária na sociedade.

Apenas o vogal Dr José Pedro Braz Monteiro desempenha funções de administrador não executivo e é accionista da Gestprint, enquanto os administradores Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão e Jaime Luciano Marques Baptista da Costa sejam accionistas da Rasográfica empresa que detém maioria qualificada na sociedade.

5.4.2. Outras funções em Empresas relacionadas:

- O Senhor Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão é também administrador da "RASOGRÁFICA- Comércio e Serviços Gráficos, S.A."
- O Senhor Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa é também administrador da "RASOGRÁFICA- Comércio e Serviços Gráficos, S.A."
- O Senhor Eng.º António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A."
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A."
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e da "GESTPRINT – S.A."

5.4.3. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva, para além da Comissão Executiva, além do atrás referido.

5.4.4. O Conselho de Administração reúne, regularmente, 1 vez por mês e a Comissão executiva reúne, formalmente, pelo menos uma vez por mês.

5.4.5. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.

5.4.6. Os custos no semestre com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 132.319.

5.5 Declaração de Cumprimento

A Lisgráfica cumpre, de uma maneira geral, as recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 2 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia-geral.

A votação por correspondência é possível mas nunca foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência; quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de Administração.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada. Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral ou por delegação na Comissão de Vencimentos, devendo acrescentar-se, ainda, a sua disponibilidade para acatar no tocante a tais recomendações designadamente os seguintes pontos:

(i) Tomando boa nota da recomendação respeitante à inclusão de administradores não executivos, a que passou a ser dada satisfação após o alargamento do Conselho de Administração a sete membros, e criação da Comissão Executiva, a partir de 20 de Maio de 2008.

(ii) Registamos a recomendação relativa ao dever de inclusão de membros independentes;

(iii) Já na assembleia-geral realizada em 30/05/07 foi aprovada a alteração de estatutos da sociedade de forma a cumprir a recomendação sobre política de remunerações e na assembleia-geral de 20/05/08 foi tal recomendação levada à prática com a designação de uma comissão de vencimentos encarregada de fixar as remunerações dos corpos sociais.

(iv) Não existem nos estatutos, nem noutra área da sociedade, quaisquer regras diferentes das legais sobre a nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e a alteração dos estatutos da sociedade

6. Notas sobre a Consolidação das Contas

6.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), e no cumprimento expresso e sem reservas de todas as "IAS/IFRS".

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelos "International Financial Reporting Interpretation Committee" ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS"

6.2. Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica "Interesses minoritários".

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses minoritários excedem o seu no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Diferença de consolidação. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

6.3 Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005.

Os princípios de consolidação estão em linha com os IFRS e encontram-se detalhados pormenorizadamente na Nota 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de Junho de 2008.

6.4 Aplicacão das IFRS

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de relato Financeiro pela primeira vez em 2005, aplicando para o efeito o IFRS1, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

Os principais ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras do semestre em análise em resultado da conversão para as IFRS são, como segue.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira comparativa apresentada.

As estimativas efectuadas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, em resultado de incertezas inerentes à actividade, a base dos valores estimados é baseada na última informação fiável disponível. Consequentemente a revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante.

Quando são identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, de acordo com os IFRS, procede-se à correcção retrospectiva da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do período em que são identificados.

7. Declaração de Conformidade

Nos termos do artigo 245º nº 1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários vem o Conselho de Administração da Lisgráfica, S.A. declarar que as Demonstrações Financeiras Consolidadas correspondentes à prestação de contas da Empresa relativas ao 1º semestre do exercício de 2008 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e

apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira da mesma e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Queluz de Baixo, 14 de Agosto de 2008

O Conselho de Administração

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão – Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa - Vice-Presidente

António Pedro Marques Patrocínio

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS CONDENSADOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	30 de Junho de	31 de Dezembro	30 de Junho de
		2008	de 2007	2007
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Activos tangíveis	11	35.642.770	35.903.882	30.095.465
Investimentos em associadas		35.692	-	-
Outros activos não correntes	12	16.418.555	3.364.533	862.148
		-	-	1.986.425
		<u>52.097.017</u>	<u>39.268.415</u>	<u>32.944.038</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	13	2.438.220	1.304.728	2.549.015
Clientes e contas a receber	14	13.992.915	10.735.137	17.844.795
Outros activos correntes	15	5.154.159	4.640.532	7.962.293
Caixa e seus equivalentes	16	168.793	159.833	2.123.458
Impostos diferidos	10	306.603	268.307	289.349
		<u>22.060.690</u>	<u>17.108.537</u>	<u>30.768.910</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>74.157.707</u>	<u>56.376.952</u>	<u>63.712.948</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	17	9.055.455	4.720.624	5.000.000
Acções próprias	17	(474.121)	(474.121)	(474.121)
Diferenças de consolidação	17	67.223	67.223	67.223
Reservas	17	9.316.599	1.071.783	1.110.142
Resultados transitados	17	(18.325.238)	(221.178)	(378.315)
Resultado líquido consolidado do exercício	17	(2.116.245)	(6.747.813)	(1.253.021)
Total do capital próprio		<u>(2.476.327)</u>	<u>(1.583.482)</u>	<u>4.071.908</u>
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos obtidos	18	8.845.246	9.305.179	8.024.745
Fornecedores e contas a pagar	21	10.162.546	7.301.836	5.170.245
Provisões	19	141.252	169.069	2.200.287
Outros passivos não correntes	20	5.487.811	5.282.475	5.593.347
Impostos diferidos	10	217.086	268.307	289.349
		<u>24.853.941</u>	<u>22.326.866</u>	<u>21.277.973</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos obtidos	18	22.730.333	14.687.331	14.893.862
Fornecedores e contas a pagar	21	24.685.096	16.642.696	18.297.361
Outros passivos correntes	22	4.364.664	4.303.541	5.171.844
		<u>51.780.093</u>	<u>35.633.568</u>	<u>38.363.067</u>
Total do passivo		<u>76.634.034</u>	<u>57.960.434</u>	<u>59.641.040</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>74.157.707</u>	<u>56.376.952</u>	<u>63.712.948</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DOS RESULTADOS

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30 de Junho de 2008	30 de Junho de 2007
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	5	17.566.583	17.161.188
Outros proveitos operacionais	6	914.242	650.884
Total de proveitos operacionais		<u>18.480.825</u>	<u>17.812.072</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	7	(6.387.058)	(5.698.795)
Fornecimentos e serviços externos		<u>(4.956.101)</u>	<u>(4.490.489)</u>
Custos com pessoal	8	(5.242.187)	(4.900.962)
Amortizações	11	(2.232.499)	(2.695.257)
Provisões e perdas por imparidade	19	(263.245)	-
Outros custos operacionais		<u>(126.608)</u>	<u>(103.354)</u>
Total de custos operacionais		<u>(19.207.698)</u>	<u>(17.888.857)</u>
Resultados operacionais		<u>(726.873)</u>	<u>(76.785)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	9	(1.359.999)	(1.127.836)
Resultados antes de impostos		<u>(2.086.872)</u>	<u>(1.204.621)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(29.373)	(48.400)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(2.116.245)</u>	<u>(1.253.021)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(2.116.245)</u>	<u>(1.253.021)</u>
Resultado por acção			
Básico	26	(0,011)	(0,013)
Diluído	26	(0,011)	(0,013)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do semestre findo em 30 de Junho de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa						Total do capital próprio
	Capital	Acções próprias	Diferenças de consolidação	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	
Saldo em 30 de Junho de 2007	5.000.000	(474.121)	67.223	1.110.142	(378.315)	(1.253.021)	4.071.908
Transferências	-	-	-	(38.359)	38.359	-	-
Despesas do aumento de capital	(279.376)	-	-	-	-	-	(279.376)
Resultado líquido consolidado do período	-	-	-	-	-	(5.494.792)	(5.494.792)
Outras regularizações	-	-	-	-	118.778	-	118.778
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	4.720.624	(474.121)	67.223	1.071.783	(221.178)	(6.747.813)	(1.583.482)
Movimentos de fusão por incorporação Heska	4.334.831	-	-	8.420.328	(11.531.759)	-	1.223.400
Transferências	-	-	-	(175.512)	175.512	-	-
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	(6.747.813)	6.747.813	-
Resultado líquido consolidado do período	-	-	-	-	-	(2.116.245)	(2.116.245)
Saldo em 30 de Junho de 2008	<u>9.055.455</u>	<u>(474.121)</u>	<u>67.223</u>	<u>9.316.599</u>	<u>(18.325.238)</u>	<u>(2.116.245)</u>	<u>(2.476.327)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do semestre findo em 30 de Junho de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

Em 21 de Dezembro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração e em 15 de Fevereiro de 2008 pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão por incorporação na Empresa, da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. ("Heska") mediante a transmissão global do património desta sociedade, concretizada em 2 de Maio de 2008. A incorporação do património da Heska na Empresa originou um aumento de capital de 4.334.831 Euros, mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 Euros cada, considerando a relação de troca de 256,12 novas acções da Lisgráfica por cada acção representativa do capital social da Heska e um aumento do capital próprio de 1.223.401 Euros (Nota 2).

Adicionalmente, em Fevereiro de 2008, a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. ("Rasográfica"), accionista único da Heska, adquiriu, em transacção fora de bolsa, um total de 8.500.000 acções da Lisgráfica, o que se traduziu em 8,5% do capital social e de direitos de voto desta.

Em resultado destas operações a estrutura accionista da Empresa foi alterada, detendo a Rasográfica 50,99% do capital social da Lisgráfica (Nota 17), pelo que as demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008 não são comparáveis com as demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2007.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de revistas, folhetos e listas telefónicas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 14 de Agosto de 2008 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), e foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e de acordo com as disposições do IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e referidas no respectivo anexo.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		30 de Junho de 2008	31 de Dezembro de 2007
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
GESTIGRÁFICA- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") (a)	Barcarena	100	100
GRÁFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100	100

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

5. VENDAS POR NATUREZA

As vendas consolidadas, em 30 de Junho de 2008 e 2007, são como segue:

	2008	2007
Revistas semanais	3.166.994	4.018.171
Revistas mensais	5.731.161	4.644.560
Folhetos	3.244.204	3.842.220
Suplementos	3.836.376	2.782.142
Listas	1.279.319	1.391.131
Desperdícios	308.529	482.964
	17.566.583	17.161.188

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, as vendas realizaram-se essencialmente no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Aluguer de instalações e imputações de custos (a)	323.325	305.135
Trabalhos para a própria empresa (b)	245.636	-
Imputações de custos (c)	194.966	192.654
Serviços de manutenção (d)	99.760	149.639
Subsídios ao investimento	41.202	41.202
Ganhos em imobilizações corpóreas	33.656	-
Variação da produção (e)	(141.509)	(37.967)
Outros proveitos operacionais	117.206	221
	914.242	650.884

(a) Nesta rubrica são registados os sub-arrendamentos de parte das suas instalações que estão a ser utilizadas por outras entidades.

- (b) Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008 o Grupo realizou diversos trabalhos de desenvolvimento e instalação de uma nova rotativa, a qual ainda não se encontra a produzir, estando a ser desenvolvidos testes que irão permitir a maximização da produtividade deste equipamento, tendo as respectivas despesas incorridas sido imobilizadas.
- (c) Esta rubrica reflecte os custos imputados e facturados a empresas que desenvolvem a sua actividade operacional nas instalações da Lisgráfica.
- (d) Nesta rubrica são registados os proveitos incorridos com serviços de manutenção que foram efectuados nos equipamentos da Heska até 30 de Abril de 2008.
- (e) A variação da produção ocorrida nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, é como segue:

	2008	2007
Existências finais de produtos e trabalhos em curso (Nota 13)	194.705	94.758
Fusão por incorporação da Heska	124.382	-
Existências iniciais de produtos e trabalhos em curso (Nota 13)	<u>211.832</u>	<u>132.725</u>
	<u>(141.509)</u>	<u>(37.967)</u>

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.374.250	5.684.085
Mercadorias vendidas	<u>12.808</u>	<u>14.710</u>
	<u>6.387.058</u>	<u>5.698.795</u>

O custo das matérias consumidas no semestre findo em 30 de Junho de 2008, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais (Nota 13)	-	1.097.526	1.097.526
Fusão por incorporação da Heska	-	1.041.072	1.041.072
Compras	-	6.498.322	6.498.322
Regularizações	12.808	(14.525)	(1.717)
Existências finais (Nota 13)	<u>-</u>	<u>(2.248.145)</u>	<u>(2.248.145)</u>
	<u>12.808</u>	<u>6.374.250</u>	<u>6.387.058</u>

8. CUSTOS COM PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os custos com pessoal foram como segue:

	2008	2007
Salários e outras remunerações	3.856.439	3.916.717
Encargos sobre remunerações	1.046.572	966.745
Outros	<u>339.176</u>	<u>17.500</u>
	<u><u>5.242.187</u></u>	<u><u>4.900.962</u></u>

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 386 e 368 empregados, respectivamente, sendo que no final do semestre findo em 30 de Junho de 2008 o número de pessoal ao serviço era de 476 empregados. A variação resulta essencialmente da operação de fusão ocorrida em 2 de Maio de 2008 com a Heska (Nota Introdutória).

Os outros custos com pessoal incorridos no decorrer do semestre findo em 30 de Junho de 2008 respeitam a indemnizações suportadas com rescisões de contratos de trabalho com 13 colaboradores do Grupo, derivado, essencialmente, do processo de fusão supra referido. Em 30 de Junho de 2008, não existe nenhum plano formal de redução de quadros de pessoal, nem ocorreu a sua divulgação, sendo entendimento do Conselho de Administração que não é necessário registar nenhuma provisão em 30 de Junho de 2008.

Em 30 de Junho de 2008, não existem quaisquer prémios a pagar aos empregados e colaboradores do Grupo relativos ao semestre findo naquela data.

9. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, têm a seguinte composição:

	2008	2007
<u><u>Custos financeiros:</u></u>		
Juros suportados	(1.204.348)	(1.192.909)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(21.288)	(34.170)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(549)	(216)
Outros custos financeiros (a)	<u>(181.489)</u>	<u>(132.757)</u>
	<u><u>(1.407.674)</u></u>	<u><u>(1.360.052)</u></u>
<u><u>Proveitos financeiros:</u></u>		
Juros obtidos	46.385	76.578
Diferenças de câmbio favoráveis	-	342
Rendimentos em participações financeiras	1.272	5.314
Descontos de pronto pagamento obtidos	18	1.627
Reversões de perdas por imparidade de aplicações de tesouraria	-	148.355
	<u><u>47.675</u></u>	<u><u>232.216</u></u>
Custos financeiros, líquidos	<u><u>(1.359.999)</u></u>	<u><u>(1.127.836)</u></u>

(a) Esta rubrica inclui essencialmente custos suportados com garantias bancárias e comissões de gestão bancárias.

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 81º do Código do IRC a Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2005 a 2008, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008.

No exercício de 2006 a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, essencialmente em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") e Imposto Municipal sobre Transmissões referentes ao exercício de 2004 de, aproximadamente, 1.195.000 Euros, tendo sido entregues garantias bancárias de 1.207.971 Euros (Nota 25). Durante o primeiro semestre de 2008, foi dado pela Administração Fiscal parecer favorável à reclamação da Empresa relativamente a 249.000 euros incluídos naquele montante, encontrando-se as restantes situações ainda em curso. É convicção do Conselho de Administração de que as restantes liquidações adicionais não têm fundamento, pelo que foram objecto de reclamação.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2008, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 17.297.000 Euros, os quais caducam conforme se segue:

2008	6.187.000
2011	939.000
2012	4.440.000
2013	3.241.000
2014	2.490.000
	<u>17.297.000</u>

Face à alteração da titularidade em mais de 50% do capital ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2008, foram solicitadas as devidas autorizações às autoridades competentes para utilização dos prejuízos fiscais reportáveis, não tendo sido ainda obtida resposta.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Em 30 de Junho de 2008 os passivos por impostos diferidos de 217.086 Euros, estão essencialmente relacionadas com mais valias não tributadas deduzidas da parte reinvestida, tendo a Empresa optado por registar activos por impostos diferidos até à concorrência daquele montante. No decorrer do semestre findo em 30 de Junho de 2008, foram reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos como segue:

a) Diferenças temporárias – Movimentos nos impostos diferidos activos e passivos

30 de Junho de 2008:

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	Prejuízos fiscais reportáveis	Mais valias não tributadas
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	268.307	268.307
Fusão por incorporação da Heska	89.517	-
Redução	<u>(51.221)</u>	<u>(51.221)</u>
Saldo em 30 de Junho de 2008	<u>306.603</u>	<u>217.086</u>

31 de Dezembro de 2007:

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	Prejuízos fiscais reportáveis	Mais valias não tributadas
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-
Aumento	<u>268.307</u>	<u>268.307</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>268.307</u>	<u>268.307</u>

a) Imposto sobre o Rendimento do semestre

O detalhe do Imposto sobre o Rendimento dos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, é o seguinte:

	2008	2007
Imposto corrente	29.373	48.400
Imposto diferido so semestre	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>29.373</u>	<u>48.400</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2008
 (Montantes expressos em Euros)

11. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nos activos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foram como segue:

30 de Junho de 2008:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
Activo Bruto								
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	508.261	99.926.502	1.377.707	60.702	1.227.868	786.780	8.869.501	112.757.321
Aquisições	-	79.436	-	-	17.461	1.940	795.772	894.609
Efeito da fusão (Nota 2)	124.111	15.924.620	821.071	51.265	365.675	-	11.033	17.297.775
Alienações e abates	-	(5.939.694)	(262.463)	-	(59.598)	-	(5.231)	(6.266.986)
Transferências	-	3.000	-	-	-	-	(3.000)	-
Saldo em 30 de Junho de 2008	632.372	109.993.864	1.936.315	111.967	1.551.406	788.720	9.668.075	124.682.719
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(322.370)	(74.137.070)	(1.049.766)	(58.073)	(977.833)	(308.327)	-	(76.853.439)
Reforço do exercício	(2.069)	(2.132.520)	(67.172)	(1.594)	(20.944)	(8.200)	-	(2.232.499)
Efeito da fusão (Nota 2)	(49.710)	(15.050.667)	(630.225)	(42.445)	(321.559)	-	-	(16.094.606)
Reduções por alienações e abates	-	5.840.264	262.463	-	37.868	-	-	6.140.595
Saldo em 30 de Junho de 2008	(374.149)	(85.479.993)	(1.484.700)	(102.112)	(1.282.468)	(316.527)	-	(89.039.949)
Valor líquido em 30 de Junho de 2008	258.223	24.513.871	451.615	9.855	268.938	472.193	9.668.075	35.642.770

30 de Junho de 2007:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
Activo Bruto								
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	508.261	102.079.147	1.319.839	60.282	1.311.811	789.174	134.797	41.000
Aquisições	-	-	74.250	419	2.782	-	47.355	15.620
Outras regularizações	-	-	(101.071)	-	-	-	-	(101.071)
Saldo em 30 de Junho de 2007	508.261	102.079.147	1.293.018	60.701	1.314.593	789.174	182.152	56.620
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(322.370)	(69.407.633)	(895.224)	(52.276)	(1.018.439)	(294.197)	-	(71.990.139)
Reforço do exercício	-	(2.564.775)	(93.671)	(2.916)	(25.624)	(8.271)	-	(2.695.257)
Outras regularizações	-	-	25.268	-	-	-	-	25.268
Saldo em 30 de Junho de 2007	(322.370)	(71.972.408)	(963.627)	(55.192)	(1.044.063)	(302.468)	-	(74.660.128)
Valor líquido	185.891	30.106.739	329.391	5.509	270.530	486.706	182.152	56.620
Activos detidos para venda		1.528.073						1.528.073
Valor líquido em 30 de Junho de 2007	185.891	28.578.666	329.391	5.509	270.530	486.706	182.152	56.620
								30.095.465

Em 30 de Junho de 2008, o equipamento básico incluía custos de empréstimos obtidos de 1.586.606 Euros, incorridos em exercícios anteriores, por serem directamente atribuíveis à aquisição de activos tangíveis, essencialmente equipamentos básicos, os quais estão a ser amortizados no período de vida útil dos respectivos activos.

Locação Financeira

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	30 de Junho de 2008		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	25.885.241	(15.330.592)	10.554.649
Equipamento de transporte	879.685	(598.328)	281.357
Imobilizações em curso	8.679.434	-	8.679.434
	<u>35.444.360</u>	<u>(15.928.920)</u>	<u>19.515.440</u>

	31 de Dezembro de 2007		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	60.686.171	(45.177.377)	15.508.794
Imobilizações em curso	8.679.434	-	8.679.434
Equipamento de transporte	1.029.539	(780.742)	248.797
Equipamento administrativo	79.745	(73.164)	6.581
Ferramentas e utensílios	36.617	(35.854)	763
	<u>70.511.506</u>	<u>(46.067.137)</u>	<u>24.444.369</u>

O Grupo regista estes bens pelo método financeiro.

Para além dos bens em regime de locação financeira e os referidos na Nota 25, não existem restrições à titularidade de activos tangíveis.

12. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008			31 de Dezembro de 2007		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Rasográfica (a)	7.877.708	-	7.877.708	-	-	-
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestprint") (Nota 24) (b)	8.355.245	-	8.355.245	3.178.931	-	3.178.931
Depósitos a prazo (c)	185.602	-	185.602	185.602	-	185.602
Títulos e outras aplicações financeiras	99.760	(99.760)	-	99.760	(99.760)	-
	<u>16.518.315</u>	<u>(99.760)</u>	<u>16.418.555</u>	<u>3.464.293</u>	<u>(99.760)</u>	<u>3.364.533</u>

- (a) É convicção do Conselho de Administração de que não decorrerão perdas de realização da conta a receber do accionista maioritário do Grupo, em 30 de Junho de 2008, de 7.877.708 Euros. Esta conta a receber não vence juros nem tem prazo de reembolso definido.

- (b) Em 30 de Junho de 2008, a Lisgráfica possui uma conta a receber de médio e longo prazo da Gestprint, no valor de 8.355.245 Euros, que não vence juros nem têm um plano de reembolso definido.
- (c) Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 16 e 18).

13. EXISTÊNCIAS

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008			31 de Dezembro de 2007		
	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.248.145	(4.630)	2.243.515	1.097.526	(4.630)	1.092.896
Produtos e trabalhos em curso	194.705	-	194.705	211.832	-	211.832
	<u>2.442.850</u>	<u>(4.630)</u>	<u>2.438.220</u>	<u>1.309.358</u>	<u>(4.630)</u>	<u>1.304.728</u>

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, o Grupo não possui inventários dados como garantia pelo cumprimento de passivos.

14. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008			31 de Dezembro de 2007		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Clientes	<u>28.068.868</u>	<u>(14.075.953)</u>	<u>13.992.915</u>	<u>22.967.468</u>	<u>(12.232.331)</u>	<u>10.735.137</u>

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008			31 de Dezembro de 2007		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Devedores diversos	4.401.193	(238.036)	4.163.157	5.060.406	(1.190.922)	3.869.484
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 24)	9.922	-	9.922	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	523.190	-	523.190	501.539	-	501.539
Estado e outros Entes Públcos (Nota 23)	335.583	-	335.583	234.076	-	234.076
Adiantamentos a fornecedores	102.307	-	102.307	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	20.000	20.000	35.433	35.433	35.433	35.433
	<u>5.392.195</u>	<u>(238.036)</u>	<u>5.154.159</u>	<u>5.831.454</u>	<u>(1.190.922)</u>	<u>4.640.532</u>

16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008	31 de Dezembro de 2007
Numerário	35.912	15.690
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	132.881	29.256
Depósitos a prazo (Nota 12)	-	114.887
	<hr/> 168.793	<hr/> 159.833
Descobertos bancários (Nota 18)	(3.553.987)	(3.980.428)
	<hr/> (3.385.194)	<hr/> (3.820.595)

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

17. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Composição de capital: Em resultado da operação de fusão ocorrida com a Heska em 2 de Maio de 2008, o capital social da Empresa aumentou em 4.334.831 Euros, mediante a emissão de 86.696.620 novas acções. Assim, em 30 de Junho de 2008, o capital social da Empresa, no valor de 9.334.831 Euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 186.696.620 de acções com o valor nominal de cinco cêntimos de Euros cada.

Em 30 de Junho de 2008, o capital da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	Nº de acções	Percentagem
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gestprint	73.558.262	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.738	9,61%
	<hr/> 186.696.620	<hr/> 100,00%

Em resultado da operação de fusão ocorrida com a Heska no primeiro semestre de 2008, mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, a participação da Gestprint reduziu de 82,06% para 43,95% e a Rasográfica passou a deter 46,45% do capital social da Empresa. Adicionalmente, em virtude da venda de 8.500.000 acções operada no decorrer do semestre, por parte da Gestprint à Rasográfica, as participações destes accionistas, em 30 de Junho de 2008, eram de 39,40% e 50,99% respectivamente.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 20 de Maio de 2008, o prejuízo apurado nas contas individuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que ascendia a 6.843.836 Euros foi aplicado, na sua totalidade, em resultados transitados.

Em 30 de Junho de 2008 o capital próprio da Empresa é negativo em 2.476.327 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme mencionado no Relatório de Gestão de 30 de Junho de 2008, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, encontrando-se outras em curso.

18. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008		31 de Dezembro de 2007	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	7.276.511	3.275.201	2.112.892	3.016.443
Outros empréstimos (b)	2.093.018	5.570.045	1.609.883	6.288.736
Descobertos bancários (c)	3.553.987	-	3.980.428	-
Factoring (d)	6.117.426	-	4.877.439	-
Letras descontadas (e)	2.975.312	-	2.106.689	-
Cheques pré-datados (f)	714.079	-	-	-
	<u>22.730.333</u>	<u>8.845.246</u>	<u>14.687.331</u>	<u>9.305.179</u>

(a) Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	30 de Junho de 2008		31 de Dezembro de 2007	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (i)	617.778	2.162.222	-	-
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (ii)	1.098.557	-	1.094.855	-
BCP (iii)	1.049.596	-	-	-
BCP (iv)	28.903	1.011.602	308.889	2.471.111
Barclays Bank S.A. ("Barclays") (v)	1.000.000	-	-	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (vi)	748.600	-	-	-
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (vii)	505.055	-	-	-
Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") (viii)	434.688	-	-	-
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio") (ix)	350.000	-	-	-
Banif (x)	290.372	-	-	-
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI")	-	-	633.812	496.550
Outros (xi)	<u>1.152.962</u>	<u>101.377</u>	<u>75.336</u>	<u>48.782</u>
	<u>7.276.511</u>	<u>3.275.201</u>	<u>2.112.892</u>	<u>3.016.443</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

- i. Este empréstimo, vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 1,5% e destina-se a financiar a actividade operacional da Empresa.
- ii. Empréstimo que corresponde a duas linhas de conta-corrente caucionada com o BES sem plano de amortização contratado no valor de 1.094.855 Euros com as seguintes particularidades:
 - Linha de 596.257 Euros – taxa de referência: Euribor a 30 dias acrescida de 4,25%
 - Linha de 498.598 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias acrescida de 4,75%
- iii. Este empréstimo, vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,75% e destina-se a apoio de tesouraria.
- iv. Este empréstimo, vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2% e resulta da reestruturação de parte do passivo bancário.
- v. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 1,5% e destina-se a apoio à tesouraria.
- vi. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,75% e destina-se a apoio de tesouraria.
- vii. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,625% e destina-se a financiar fornecimentos obtidos do estrangeiro.
- viii. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2% e destina-se a apoio de tesouraria.
- ix. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2% e destina-se a apoio de tesouraria.
- x. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,25% e destina-se a financiar fornecimentos obtidos do estrangeiro.
- xi. Empréstimos obtidos de instituições financeiras nacionais que vencem juros a taxas normais de mercado, tendo sido classificados consoante o seu prazo de vencimento.

Em 30 de Junho de 2008, o plano de reembolso dos empréstimos bancários é conforme segue:

2008	<u>7.276.511</u>
2009	834.766
2010	733.389
2011	733.389
2012	424.500
2013	115.612
2014	115.612
2015	115.612
2016	115.612
2017	<u>86.709</u>
	<u>3.275.201</u>
	<u><u>10.551.712</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

(b) Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008		31 de Dezembro de 2007	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Papel comercial (i)	1.805.635	4.660.000	1.322.500	5.235.000
IAPMEI (ii)	287.383	910.045	287.383	1.053.736
	2.093.018	5.570.045	1.609.883	6.288.736

(i) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. O plano de reembolso do papel comercial é o seguinte:

2008	1.805.635
2009	840.000
2010	2.350.000
2011	540.000
2012	605.000
2013	325.000
	4.660.000
	6.465.635

(ii) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BANIF no valor de 742.405 Euros (Nota 25). A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 185.602 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 12). Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 30 de Junho de 2008, o valor em dívida ascendia a 1.197.428 Euros.

- (c) Os descobertos bancários vencem juros às taxas normais de mercado (Nota 16).
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamentos em regime de *factoring* com recurso, no valor de 6.090.016 Euros e que vencem juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 1,625%, e em regime de *factoring* sem recurso no valor de 2.760.039 Euros, deduzidos de 2.732.629 Euros de valores cedidos cobertos por seguro de crédito, seguro este, contratado pela empresa de *factoring*, e que vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 1%.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados no valor de 714.079 Euros inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto da banca. Em 30 de Junho de 2008, a Empresa tinha contratadas duas linhas de descontos de cheques, as quais se detalham:
 - Banco Português de Negócios, plafond de 400.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2%;
 - Banco Comercial Português, plafond de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 1,375%.

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS**Provisões:**

O movimento na conta de provisões nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, é conforme segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2.230.851
Utilizações	(30.564)
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>2.200.287</u>
Utilizações	(2.031.218)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>169.069</u>
Utilizações	(27.817)
Saldo em 30 de Junho de 2008	<u><u>141.252</u></u>

Em 30 de Junho de 2008, as “Provisões” dizem essencialmente respeito a responsabilidades decorrentes de contratos de rescisão de contratos de trabalho.

As reduções verificadas nas provisões correspondem à utilização directa do seu saldo para fazer face a responsabilidades relacionadas com a actividade operacional do Grupo.

Perdas por imparidade acumuladas:

O movimento nas contas de perdas por imparidade e de valor no semestre findo em 30 de Junho de 2008, é conforme segue:

	Outros activos não correntes (Nota 12)	Existências (Nota 13)	Clientes e contas a receber (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 15)	Aplicações Tesouraria (Notas 9 e 16)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	9.597.730	4.630	11.523.672	148.730	319.975	21.594.737
Aumentos	-	-	709.356	1.042.192	-	1.751.548
Reduções	(100)	-	(697)	-	-	(797)
Utilizações	(9.497.870)	-	-	-	(319.975)	(9.817.845)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>99.760</u>	<u>4.630</u>	<u>12.232.331</u>	<u>1.190.922</u>	<u>-</u>	<u>13.527.643</u>
Aumentos	-	-	216.131	47.114	-	263.245
Reduções	-	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Outras variações	-	-	1.627.491	-	-	1.627.491
Saldo em 30 de Junho de 2008	<u>99.760</u>	<u>4.630</u>	<u>14.075.953</u>	<u>238.036</u>	<u>-</u>	<u>14.418.379</u>

A variação ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2008 na rubrica de “Contas a receber”, de 1.627.491 Euros, refere-se à incorporação dos ajustamentos da Heska, como consequência da fusão ocorrida em 2 de Maio de 2008 e ao reforço do ajustamento de “contas a receber de clientes” no valor de 216.331 Euros.

A utilização de 1.000.000 Euros ocorrida na rubrica “Outros activos correntes” resulta da concretização da redução do preço de venda da Heska à Razográfica, realizada em 2004.

As perdas de imparidade estão deduzidas aos valores dos activos.

20. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição e respectivo plano de pagamentos:

	30 de Junho de 2008			
	2009	2010	2011 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públcos - dívidas integradas em planos de pagamento (Nota 23)	869.196	440.279	2.333.759	3.643.234
Dívida à Sun Chemical	360.000	214.988	-	574.988
Dívida à Siegwerk	360.000	160.459	-	520.459
Francisco Baptista	375.000	218.750	-	593.750
Outros passivos não correntes	155.380	-	-	155.380
	2.119.576	1.034.476	2.333.759	5.487.811
31 de Dezembro de 2007				
	2008	2009	2010 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públcos - dívidas integradas em planos de pagamento (Nota 23)	869.197	869.197	2.429.834	4.168.228
Dívida à Sun Chemical	311.806	-	-	311.806
Francisco Baptista	344.520	362.072	30.864	737.456
Outros passivos não correntes	64.985	-	-	64.985
	1.590.508	1.231.269	2.460.698	5.282.475

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início ocorrido em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 3.574.492 Euros e 1.965.393 Euros, respectivamente (Nota 25). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações até ao final da execução das medidas.

21. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008		31 de Dezembro de 2007	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente	14.995.692	-	9.639.885	-
Credores por locações financeiras (a)	5.701.737	10.162.546	3.537.534	7.301.836
Contas a pagar:				
<i>Rappel</i> a liquidar	1.227.249	-	1.329.769	-
Remunerações a liquidar	1.782.787	-	1.361.577	-
Juros a liquidar	338.062	-	287.273	-
Fornecimentos e serviços externos	639.569	-	486.658	-
	24.685.096	10.162.546	16.642.696	7.301.836

(a) O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

	30 de Junho	31 de Dezembro
	de 2008	de 2007
2008	5.701.737	3.537.534
2009	3.803.608	2.356.239
2010	1.703.774	1.682.712
2011 e seguintes	4.655.164	3.262.885
	10.162.546	7.301.836
	15.864.283	10.839.370

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho	31 de Dezembro
	de 2008	de 2007
Fornecedores de imobilizado	1.156.294	708.178
Credores diversos:		
Francisco Sequeira Batista	375.000	418.794
Outros	339.945	537.395
Estado e outros Entes Públicos (Nota 23)	2.010.556	2.107.903
Proveitos diferidos	482.869	531.271
	4.364.664	4.303.541

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Junho de 2008	31 de Dezembro de 2007		
	Saldos devedores (Nota 15)	Saldos credores (Notas 20 e 22)	Saldos devedores (Nota 15)	Saldos credores (Notas 20 e 22)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	328.611	(26.363)	231.340	(76.946)
IVA	6.972	(335.066)	2.736	(348.737)
Contribuições para a Segurança Social	-	(642.185)	-	(642.340)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	(199.316)	-	(202.219)
Dívidas integradas em planos de pagamento (b)	-	(4.512.431)	-	(4.947.028)
Outros	-	(28.824)	-	(58.861)
	335.583	(5.744.185)	234.076	(6.276.131)

(a) Os saldos credores de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas apresentam o seguinte detalhe:

	30 de Junho de 2008	31 de Dezembro de 2007
Estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 10)	(29.373)	(93.671)
Retenções efectuadas por terceiros	3.010	16.725

(b) Em 30 de Junho de 2008, as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, das quais 869.197 Euros estão classificadas como correntes (Nota 22), sendo o restante, 3.643.234 Euros, considerado como não correntes (Nota 20).

24. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 e as transacções, efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, são os seguintes:

	30 de Junho de 2008		31 de Dezembro de 2007
	Saldos		Saldos
	Outros activos não correntes (Nota 12)	Outros activos correntes (Nota 15)	Outros activos não correntes (Nota 12)
Gestprint	8.355.245	9.922	3.178.931
Rasográfica	7.877.708	-	-
	16.232.953	9.922	3.178.931

	30 de Junho de 2008	30 de Junho de 2007
	Transacções	Transacções
	Fornecimentos e serviços externos	Fornecimentos e serviços externos
Gestprint	125.000	150.000
Rasográfica	111.888	-
	236.888	150.000

Os termos ou condições praticados entre a Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

A transacção realizada com a Gestprint de 125.000 Euros, corresponde a “fees” de gestão do exercício de 2008 debitados por aquela entidade.

Os saldos e transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação foram anuladas no processo de consolidação.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua actividade são tomadas por este.

25. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de Junho de 2008, o Grupo tinha prestado diversas garantias, nomeadamente garantias bancárias a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Dívida ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	3.574.492
Caução a favor da ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros (b)	2.795.456
Dívida à Direcção Geral de Impostos (a)	1.965.393
Dívida à Direcção Geral de Impostos (c)	1.207.971
Dívida do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI (d)	742.405
Caução a favor da EDP Serviço Universal (e)	180.767
	<hr/>
	10.466.484

- (a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 23).
- (b) Garantia prestada no âmbito do aluguer das instalações da Empresa por garantia bancária.
- (c) Garantia prestada no âmbito da dívida relativa a liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004 (Nota 10).
- (d) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 18).
- (e) Garantia prestada no âmbito do contrato de fornecimento de electricidade por garantia bancária.

Em 30 de Junho de 2008, existiam empréstimos bancários, contratos de locação financeira, dívidas ao Estado e dívidas a fornecedores de existências, garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 1.500.000 Euros, 3.870.423 Euros, 3.000.000 Euros e 270.767 Euros, respectivamente.

26. RESULTADOS POR ACÇÃO

O Resultado consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 30 de Junho de 2008 e 2007 foi de 0,011 e 0,013 Euros, respectivamente.

	2008	2007
Resultado		
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	<u>(2.116.245)</u>	<u>(1.253.021)</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e díluido	<u>186.696.620</u>	<u>100.000.000</u>
Resultado por acção		
Básico	(0,011)	(0,013)
Dílido	(0,011)	(0,013)

27. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Foram utilizadas em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	30 de Junho de 2008	31 de Dezembro de 2007
Dólar Americano	1,57640	1,47211
Libra Inglesa	0,79225	0,73335
Franco Suiço	1,60560	1,65871

28. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

No semestre findo em 30 de Junho de 2008, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Lisgráfica de 132.319 Euros e 15.000 Euros, respectivamente.

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

29.1. Compromissos para a aquisição de imobilizações fixas

Em 30 de Junho de 2008 não existem compromissos assumidos com a compra de activos tangíveis.

29.2. Locações operacionais

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, as locações operacionais existentes respeitam essencialmente a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A. ("ESAF") pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada e faculdade de retoma a partir do 8º ano. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras.

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos àqueles contratos de locação operacional são conforme segue:

	2008	2007
Fornecimentos e serviços externos	<u>1.704.061</u>	<u>1.609.774</u>

Em 30 de Junho de 2008, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2008	2.997.876
2009	2.931.245
2010	2.882.252
2011	2.856.681
2012	2.852.659
2013 e seguintes	<u>17.269.324</u>
	<u>31.790.037</u>

Queluz de Baixo, 14 de Agosto de 2008

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	30 de Junho de 2008	30 de Junho de 2007
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		19.355.339	20.645.330
Pagamentos a fornecedores		(10.878.416)	(11.935.747)
Pagamentos ao pessoal		<u>(3.673.091)</u>	<u>(3.130.323)</u>
Fluxos gerados pelas operações		4.803.832	5.579.260
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(116.326)	(110.234)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		<u>(1.580.455)</u>	<u>(2.602.397)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>3.107.051</u>	<u>2.866.629</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Vendas de activos tangíveis		1.000	6.000
Juros e proveitos similares		<u>3.528</u>	<u>5.314</u>
		<u>4.528</u>	<u>11.314</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(311.759)
Activos tangíveis		<u>(273.474)</u>	<u>(405.062)</u>
		<u>(273.474)</u>	<u>(716.821)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(268.946)</u>	<u>(705.507)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições financeiras		40.468.675	38.213.557
Aumento de capital		-	4.800.000
		<u>40.468.675</u>	<u>43.013.557</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições financeiras		(40.909.079)	(45.440.871)
Amortizações de contratos de locação financeira		<u>(734.629)</u>	<u>(780.084)</u>
Juros e custos similares		<u>(1.227.671)</u>	<u>(1.193.938)</u>
		<u>(42.871.379)</u>	<u>(47.414.893)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(2.402.704)</u>	<u>(4.401.336)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		435.401	(2.240.214)
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	(3.820.595)	2.728.471
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	(3.385.194)	488.257

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2008, da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) e suas subsidiárias, incluída no relatório de gestão, no balanço consolidado (que evidencia um total de 74.157.707 Euros e capitais próprios negativos de 2.476.327 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo atribuível aos accionistas da Empresa de 2.116.245 Euros), nas demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa posteriormente ajustados com as quantias necessárias para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro, sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Página 2 de 3

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral consolidada.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. e suas subsidiárias do semestre findo em 30 de Junho de 2008 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, ainda que a Empresa tenha vindo a apresentar resultados negativos nos últimos exercícios e, em 30 de Junho de 2008, o capital próprio seja negativo em 2.476.327 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, encontrando-se outras em curso. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a classificação e liquidação dos seus passivos no curso normal das operações, dependem do sucesso das suas operações futuras e do suporte financeiro dos seus accionistas.
10. Em 30 de Junho de 2008, as rubricas “Outros activos não correntes” e “Fornecedores e contas a pagar” incluem saldos a receber e a pagar com os dois principais accionistas nos montantes de, aproximadamente, 16.233.000 Euros e 8.679.000 Euros (dos quais aproximadamente 8.026.000 Euros, registados no passivo não corrente), respectivamente. Naquela data, aqueles saldos a receber não vencem juros, nem têm um plano de reembolso definido.

Página 3 de 3

11. Conforme descrito em maior detalhe na Nota Introdutória do anexo às demonstrações financeiras, em 21 de Dezembro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração e em 15 de Fevereiro de 2008 pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão por incorporação na Empresa da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A., mediante a transmissão global do património desta sociedade e que produziu efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008. Em consequência, as demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008 não são directamente comparáveis com as reportadas a 31 de Dezembro de 2007.
12. As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa em 31 de Dezembro de 2007, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas, datada de 21 de Abril de 2008, inclui três ênfases relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 9 a 11 acima.

Lisboa, 14 de Agosto de 2008


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André